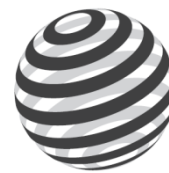




arte: Julia Trindade

Revista Eletrônica

Educação Geográfica em Foco



NECPEG

Núcleo de Estudos em Cidadania
e Política no Ensino da Geografia

ISSN 25266276

arte: Nuno Lei

NOVOS HORIZONTES NO ENSINO DE GEOGRAFIA FÍSICA: REFLEXÕES ACERCA DA CRITICIDADE NA ABORDAGEM DOS CONTEÚDOS FÍSICO-NATURAIS

Lucas Santos Daniel¹

Elaine Cristina Ozório²

Introdução

Na educação básica brasileira, os conteúdos vinculados à Geografia Física são frequentemente tratados de forma superficial, o que compromete a construção de um conhecimento sólido e significativo sobre as dinâmicas físico-naturais. Nesse sentido, como destacado por Afonso e Armond (2009), essa superficialidade se relaciona, por um lado, à pouca valorização desses saberes nos currículos escolares e, por outro, à dificuldade enfrentada por parte do corpo docente em estabelecer abordagens contextualizadas e críticas que aproximem os conteúdos da realidade vivida pelos estudantes.

Essa fragilidade na abordagem da Geografia Física remonta a uma tradição geográfica marcada por um viés descritivo, teórico e quantitativo, que por muitos anos dominou os livros didáticos e as práticas pedagógicas. Sob esse ponto de vista, como foi observado por Moreira (2010), o ensino da Geografia seguiu um modelo geométrico, baseado em dados e representações matematizadas, o que afastava o estudante de uma leitura crítica e integrada do espaço.

Como desdobramento dessa lógica, Resende (1986) aponta que esse modelo fragmentava os conteúdos e rompia as articulações entre os elementos naturais e sociais do território. Em decorrência disso, compreende-se que a Geografia escolar foi reduzida, nesse período, a um exercício de descrição de formas e fenômenos naturais, desprovida de conexões com os processos sociais e com o cotidiano dos alunos.

Nesse mesmo caminho crítico, constata-se que tais práticas pedagógicas contribuíram para a percepção da Geografia como uma disciplina sem aplicabilidade concreta, centrada na memorização de conceitos e classificações. A partir dessa crítica, Lacoste (1989) denuncia essa lógica como responsável por tornar o ensino da Geografia maçante e alienante, reforçando uma forma de ensinar que não promove a autonomia intelectual dos alunos.

¹ Graduando em Geografia pelo Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (DGEO/UERJ/FFP). Orientado pela Prof^a. Elaine Cristina Ozório. Email: geo.lucasdaniel@gmail.com

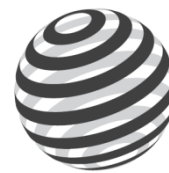
² Professora no Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (DGEO/UERJ/FFP). Graduada em Geografia (PUC-RIO), mestre (UFRJ) e doutoranda pela (UFRRJ). Email: elaineozorio@gmail.com



arte: Julia Trindade

Revista Eletrônica

Educação Geográfica em Foco



NECPEG

Núcleo de Estudos em Cidadania
e Política no Ensino da Geografia

ISSN 25266276

arte: Nuno Lei

Diante desse cenário, as mudanças no pensamento geográfico ao longo do século XX, com o fortalecimento da Geografia crítica, surgiram como tentativa de romper com essa tradição. Essa nova perspectiva, impulsionada por transformações políticas e sociais, passou a valorizar as dimensões sociais e políticas do espaço, promovendo a reflexão sobre os conflitos territoriais e as desigualdades socioespaciais (Pordeus, 2023).

Contudo, é importante ressaltar que esse movimento também intensificou a especialização dentro da própria Geografia, gerando distanciamentos entre os campos da Geografia Física e da Geografia Humana, bem como entre as formações voltadas ao bacharelado e à licenciatura, como ressalta Cardoso e Silva (2018).

Nesse contexto, torna-se evidente a urgência de repensar o lugar da Geografia Física no ensino básico, superando os estigmas herdados de um passado descritivo e tecnicista. De modo crescente, há uma demanda por propostas que promovam uma leitura crítica dos fenômenos naturais, considerando suas inter-relações com a sociedade e os conflitos que atravessam o espaço geográfico. Para tanto, é necessário desenvolver práticas pedagógicas que articulem os saberes físico-naturais com as experiências concretas vividas pelos sujeitos em seus territórios.

É com base nesse entendimento que este trabalho se propõe a analisar os estigmas herdados da tradição descritiva da Geografia Física e os desafios para promover uma abordagem significativa das dinâmicas físico-naturais no ensino básico. A fim de fundamentar essas reflexões, o trabalho se apoia nas contribuições de autores como Monteiro (1971), Mendonça (2001), Sant'Anna Neto (2001), Suertegaray (2002) e Vitte (2010), que se dedicaram a criticar o modelo tradicional da Geografia Física e a propor alternativas voltadas à compreensão integrada dos fenômenos naturais e sociais. Nesse sentido, busca-se construir uma proposta de ensino que supere a fragmentação disciplinar e valorize uma Geografia Física que se relacione com os conflitos territoriais, a justiça socioambiental e a formação de sujeitos críticos.

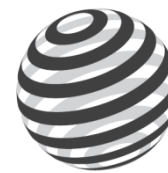
Em termos metodológicos, a construção deste trabalho foi orientada por uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise documental, objetivando refletir sobre os caminhos epistemológicos da Geografia Física e suas implicações para o ensino na educação básica. Nesse processo, estabelece-se um diálogo entre a abordagem tradicional, dominante no século XIX e XX, e as proposições mais recentes de uma Geografia Física crítica, que emergem no fim do século XX e início XXI. Para sustentar essa análise, foram mobilizados autores que discutem tanto as transformações epistemológicas da disciplina quanto suas interfaces com a educação geográfica.

Além disso, foram consideradas as contribuições de estudiosos que analisam as práticas pedagógicas e os currículos escolares, como Armond e Afonso (2009), Resende (1986), Cardoso e Silva (2018) e Pordeus (2023), fundamentais para consolidar as bases teóricas que sustentam as reflexões propostas ao longo do texto. Essas análises permitem compreender os desafios enfrentados pela Geografia Física no contexto escolar e apontar caminhos possíveis para sua superação.

Assim, o presente estudo se insere no esforço de reconstrução epistemológica da Geografia Física, defendendo a centralidade de uma abordagem crítica, integrada e situada nos espaços vividos pelos estudantes. Ao propor essa revisão, o trabalho reafirma a importância de uma Geografia escolar que vá além da descrição e da memorização, e que contribua para a compreensão ativa e transformadora do mundo.

Geografia Física Tradicional e Geografia Física Crítica: da fragmentação a integração

Influenciada pela escola positivista, a Geografia, que até então era considerada um saber unificado, sofreu múltiplas fragmentações que impactaram diretamente sua



abordagem teórica e metodológica. Essa divisão entre os fatores físicos e humanos gerou, no campo da ciência geográfica, uma lacuna significativa na compreensão conjunta da organização e das transformações do espaço geográfico.

Desse modo, a separação dos elementos naturais e sociais contribuiu para a construção de uma visão fragmentada da natureza, como observado por Nunes *et al.* (2006), o que impediu uma leitura mais holística e integrada dos fenômenos geográficos. Nesse contexto, a Geografia perdeu a capacidade de compreender a complexidade das interações entre os componentes físicos e humanos, sendo que, ao invés de se concentrar nas interdependências desses fatores, a ciência passou a tratá-los de maneira isolada, criando uma verdadeira “falha” na interpretação do espaço.

A escassa atenção dada aos aspectos teóricos dentro da Geografia Física, como sugere Nunes *et al.* (2006), resultou numa fraca interação com a Geografia Humana, o que perpetuou uma abordagem segregada dos fenômenos naturais e sociais. Embora tal separação tenha sido mais pronunciada no passado, ela ainda persiste nas abordagens ambientais da Geografia Física, nas quais a paisagem natural é frequentemente apresentada de forma descritiva, sem a devida integração das atividades humanas. Desse modo, essa limitação metodológica é ainda mais evidente no ensino de Geografia, que, no modelo tradicional e descritivo, se baseia fortemente em uma análise segmentada da realidade geográfica, o que resulta em uma compreensão superficial e fragmentada dos processos que moldam o espaço.

O modelo geográfico tradicionalista, caracterizado por uma estrutura científica que acentua a fragmentação dos conteúdos geográficos, está profundamente enraizado em uma epistemologia que valoriza a objetividade e a quantificação, ao mesmo tempo em que ignora as complexas interações entre os fatores naturais e sociais. Sob essa perspectiva, Nunes *et al.* (2006) destacam que as abordagens ambientais dentro desse modelo metodológico frequentemente se baseiam em cisões rígidas, como o tratamento isolado de elementos do relevo ou do clima, sem considerar suas inter-relações com as dinâmicas sociais e culturais. Tais cisões comprometem a compreensão crítica e holística da Geografia, restringindo-a a um conjunto de dados descontextualizados que pouco contribuem para a formação de uma consciência crítica no estudante.

Essa fragmentação se reflete também na educação geográfica, onde a abordagem descritiva e tecnicista tem sido amplamente disseminada através dos livros didáticos, perpetuando a lógica positivista de ensino. Como bem coloca Daniel (2024), a divisão entre fatores naturais e sociais presente nos conteúdos didáticos gera uma perda de conexão dos alunos com a Geografia, uma vez que ela se apresenta de forma segmentada, sem relações claras com o cotidiano dos estudantes e sem integrar a complexidade das dinâmicas espaciais. Nesse contexto, esse caráter descritivo e naturalista, que ainda predomina no ensino da Geografia Física, tende a desconsiderar as dimensões históricas, culturais e políticas que moldam os espaços geográficos, resultando em uma disciplina que, para muitos alunos, se torna irrelevante e desconectada das questões sociais e ambientais.

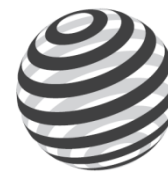
A excessiva ênfase na Geografia descritiva, que ultrapassa os limites da ciência e se infiltra na educação básica, gera uma defasagem significativa na formação dos estudantes. A abordagem tradicional, centrada em modelos quantitativos e analíticos, tende a desconsiderar a complexidade das interações espaciais e as múltiplas dimensões do espaço, sendo cada vez mais difícil para os alunos perceberem a relevância da Geografia para suas realidades imediatas. A partir dessa visão, Resende (1986) reforça que esse viés de ensino tradicional tem ganhado uma relevância crescente nos conteúdos geográficos, distanciando-os da totalidade espacial e enfatizando apenas fragmentos do espaço geográfico, como uma série de recortes abstratos e descontextualizados.



arte: Julia Trindade

Revista Eletrônica

Educação Geográfica em Foco



NECPEG

Núcleo de Estudos em Cidadania
e Política no Ensino da Geografia

ISSN 25266276

arte: Nuno Lei

A Geografia, em decorrência da associação a metodologias de memorização de conteúdos desprovidos de sentido crítico, tem perdido cada vez mais sua posição nas instituições de ensino básico. Como apontam Cardoso e Silva (2018), essa perda de relevância ocorre em grande parte pela maneira como seus conteúdos são apresentados aos estudantes, muitas vezes sem contexto, de maneira descritiva e desinteressante. Sendo assim, a falta de uma abordagem integradora nos materiais didáticos e nas práticas pedagógicas contribui para que os alunos não consigam se conectar com a disciplina, considerando-a uma área de conhecimento sem utilidade prática ou social.

Diante dessa realidade, surge a necessidade de uma transformação na forma como a Geografia Física é abordada tanto na academia quanto na educação básica. A Geografia Física tradicional precisa ser revitalizada dentro de um novo paradigma, que busque integrar as dimensões naturais e sociais do espaço. Assim, segundo Nunes *et al.* (2006), essa transformação na epistemologia geográfica deve ser capaz de integrar as correntes físico-naturais e sociais, permitindo que a Geografia Física se torne uma disciplina crítica, que não apenas descreve, mas também interpreta e analisa as interações complexas entre a natureza e a sociedade.

Nesse sentido, é importante destacar que a dissociação entre os elementos naturais e sociais não é apenas uma questão epistemológica, mas também política e pedagógica. Ao manter essa separação no ambiente escolar, o ensino da Geografia Física contribui para uma compreensão simplista do mundo, que ignora as múltiplas formas de desigualdade que se manifestam nos territórios. Sendo assim, compreende-se que é justamente na união entre natureza e sociedade que reside o potencial da Geografia como ferramenta crítica. Por isso, defender uma abordagem integrada não é apenas uma opção teórica, mas um compromisso com a formação de sujeitos capazes de pensar e agir sobre a realidade.

A transição para uma Geografia Física Crítica (GFC) requer a superação da visão fragmentada do espaço, que trata os componentes geográficos de forma isolada, e a adoção de uma abordagem mais integrada e dinâmica. Como defendem Afonso e Armond (2009), uma Geografia Física Crítica deve buscar compreender as dinâmicas atribuídas tanto à Geografia Física (clima, relevo, biomas) quanto à Geografia Humana (cultura, política, economia) sob uma perspectiva unificada, reconhecendo que essas dimensões estão em constante interação e transformação. Assim, a Geografia Física precisa ser repensada de maneira a considerar as questões sociais e ambientais contemporâneas, adotando uma postura crítica e transformadora.

Como abordam Lave, Wilson e Barron (2019), a Geografia Física Crítica (GFC) é uma abordagem que busca integrar criticamente os saberes da Geografia Física e da Geografia Humana, superando a divisão tradicional entre natureza e sociedade. Nesse sentido, conforme destacado pelos autores, ela parte do entendimento de que as paisagens e os territórios são resultado da coprodução entre processos biofísicos e relações sociais, sendo moldados tanto por fatores naturais, como clima, relevo, hidrologia e ecologia, quanto por fatores sociais, como o poder político, as desigualdades econômicas, as marcas do colonialismo e as opressões de raça e gênero.

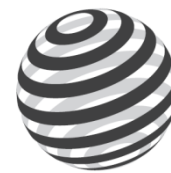
Portanto, ao deixar para trás a Geografia Física descritiva dos séculos XIX e XX, é necessário que, no século XXI, a Geografia seja orientada por uma compreensão crítica do espaço, que leve em consideração, de maneira integrada, as complexas relações entre sociedade e natureza. Essa abordagem deve ultrapassar a simples descrição dos elementos físicos, buscando interpretar os processos naturais à luz das dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que os influenciam e com os quais interagem constantemente. Sob esse ponto de vista, não se trata de retomar as velhas práticas tradicionais, centradas na separação entre o natural e o humano, mas sim de fortalecer uma perspectiva crítica e



arte: Julia Trindade

Revista Eletrônica

Educação Geográfica em Foco



NECPEG

Núcleo de Estudos em Cidadania
e Política no Ensino da Geografia

ISSN 25266276

arte: Nuno Lei

geográfica, que reconheça e respeite as especificidades dos processos físico-naturais sem perder de vista seu entrelaçamento com as ações humanas.

A Articulação Crítica entre Natureza e Sociedade no Ensino da Geografia Física

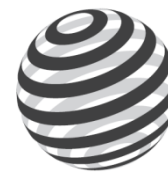
O ensino de Geografia, especialmente no contexto dos conteúdos físico-naturais, como abordado acima, tem historicamente se caracterizado por uma abordagem predominantemente descritiva e fragmentada, onde os aspectos naturais eram analisados de forma isolada, sem levar em consideração a complexidade das interações entre o meio ambiente e as dinâmicas sociais. Essa metodologia, frequentemente centrada em uma perspectiva tradicional, negligenciava o potencial crítico que a Geografia poderia oferecer na compreensão das relações humanas com o meio ambiente. Nesse sentido, esse modelo de ensino se afastava da construção de um conhecimento geográfico capaz de questionar e transformar as realidades sociais e ambientais, reforçando a ideia de que a Geografia deveria ser uma disciplina neutra e objetiva, desprovida de análises críticas.

Como afirmam Suertegaray e Nunes (2001), um dos maiores desafios da Geografia foi, e continua sendo, integrar uma perspectiva crítica à análise geográfica dos fatores físico-naturais. A necessidade de uma abordagem que considere a totalidade dos fenômenos, envolvendo tanto os aspectos naturais quanto os sociais, é um passo essencial para promover uma reflexão mais profunda sobre os problemas ambientais e as desigualdades socioespaciais. Segundo os autores, a tentativa de unir natureza e sociedade sempre foi um desafio, especialmente em um período em que a visão científica dominante privilegiava a divisão entre as ciências naturais e as ciências sociais. Desse modo, a Geografia, então, como ciência do espaço, enfrentou a resistência de modelos epistemológicos que segregavam os estudos dos processos naturais dos processos sociais, dificultando uma abordagem integrada e interdependente dos dois domínios.

Para Suertegaray e Nunes (2001), esse contexto histórico revelava um cenário adverso para os geógrafos que buscavam articular os conteúdos físicos e sociais, uma vez que a epistemologia predominante segregava essas esferas, limitando as possibilidades de uma Geografia crítica e transformadora. O projeto de unir esses dois campos, no entanto, sempre foi uma tentativa de construir uma ciência geográfica mais conectada com as realidades vividas pelas pessoas, rompendo com a ideia de uma Geografia desconectada do seu contexto social. Essa articulação entre os fatores naturais e sociais se revela como uma necessidade premente no momento em que se busca compreender as complexas relações de poder, espaço e natureza que estruturam a sociedade contemporânea.

Compreender a unidade entre esses conteúdos é fundamental para o entendimento das dinâmicas ambientais, já que as transformações nos espaços naturais estão diretamente relacionadas às ações humanas, que, por sua vez, são influenciadas por condições sociais, culturais e econômicas. Nesse sentido, as interações entre o ambiente natural e o ambiente social devem ser analisadas de forma integrada, pois os fenômenos não ocorrem de forma isolada. Como ressalta Lave, Wilson e Barron (2019), os processos naturais, como o clima, a geologia ou a hidrografia, não afetam a sociedade de maneira linear ou predeterminada, mas estão sempre em constante diálogo com as práticas sociais, as escolhas políticas e os processos econômicos.

Desse modo, desenvolver uma Geografia Física que vá além da simples descrição dos processos naturais é essencial para que os alunos possam entender as complexidades do mundo que os cercam. Não se trata apenas de ensinar conteúdos técnicos sobre a natureza, mas de promover uma compreensão crítica das transformações que o espaço geográfico sofre em razão da interação entre o ser humano e o ambiente. Nesse sentido, é necessário romper com o paradigma da Geografia tradicional, que muitas vezes se limita a



uma abordagem técnica e instrumental, sem questionar as implicações sociais e políticas dessas transformações.

De acordo com Moreira (2010), a Geografia não pode dissociar o ser humano da natureza, pois ambos são produtos de uma mesma gênese. O ser humano não é apenas um agente passivo que interage com a natureza, mas é também parte dela, transformando-se e sendo transformado pelo ambiente. Além disso, o autor argumenta que a relação entre o homem e a natureza deve ser entendida de maneira dialética, ou seja, a transformação do espaço geográfico é simultaneamente um processo de autotransformação do ser humano. Nesse contexto, a Geografia deve ser capaz de articular as mudanças no ambiente físico e as mudanças no corpo social, refletindo sobre como esses dois domínios se influenciam e evoluem.

A crítica à fragmentação da Geografia tradicional está intimamente ligada à necessidade de se repensar a maneira como os conteúdos físico-naturais são ensinados. Em vez de tratar esses conteúdos como elementos isolados e descontextualizados, é preciso relacioná-los a processos econômicos, políticos e sociais, perceptíveis nos espaços vividos pelos alunos e em escalas espaciais mais abrangentes. A abordagem crítica proposta por autores como Moreira (2010) e Suertegaray (2002), portanto, busca não apenas um entendimento técnico da Geografia, mas uma compreensão profunda das relações entre natureza e sociedade, das quais dependem as transformações ambientais e sociais.

Essa reflexão crítica é ainda mais relevante no atual contexto brasileiro, onde questões socioambientais e políticas estão entrelaçadas de forma complexa. A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB, 2024) destaca que a Geografia Física brasileira deve se comprometer com uma postura crítica, engajada na busca por respostas para as problemáticas ambientais, políticas, econômicas e sociais da atualidade. A partir dessa reflexão, em um cenário de crescente desigualdade, crise ambiental e desregulamentação de direitos sociais, a Geografia deve ir além da simples observação e descrição dos processos naturais, adotando uma postura que também busque compreender e transformar as realidades sociais.

A aplicação de uma abordagem crítica no ensino de Geografia Física é fundamental para formar cidadãos conscientes e capazes de questionar as relações de poder, as injustiças sociais e os impactos ambientais que moldam seus contextos. Pordeus (2023) argumenta que, ao compreender os conteúdos físico-naturais de forma crítica, os alunos se tornam mais aptos a analisar as particularidades dos espaços em que vivem, a perceber as dinâmicas sociais que os atravessam e a refletir sobre as soluções possíveis para os problemas que afetam suas realidades. Isso não significa apenas aprender sobre a natureza, mas também compreender como as transformações no espaço geográfico estão intimamente conectadas às ações humanas e aos processos de produção social.

Essa crítica deve ser incorporada ao ensino de Geografia Física de maneira que os alunos não apenas memorizem informações, mas desenvolvam habilidades de análise e reflexão sobre a realidade. Segundo Pereira e Rezende (2024), a educação geográfica precisa ser entendida como um processo multiescalar, que vai além dos limites da sala de aula e se conecta com a vivência cotidiana dos alunos. Isso implica em reconhecer que o espaço geográfico estudado na escola não é algo abstrato, mas um reflexo das dinâmicas que ocorrem no dia a dia dos estudantes, nos bairros onde moram, nas ruas por onde transitam e nas comunidades às quais pertencem.

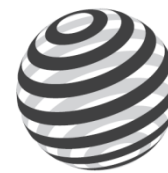
Ao integrar a teoria geográfica com a prática vivida pelos alunos, o ensino da Geografia pode ser mais efetivo, pois promove uma compreensão mais profunda do ambiente e das dinâmicas sociais que o moldam. O aluno, ao se deparar com a Geografia do seu próprio espaço, se reconhece como parte ativa no processo de transformação desse



arte: Julia Trindade

Revista Eletrônica

Educação Geográfica em Foco



NECPEG

Núcleo de Estudos em Cidadania
e Política no Ensino da Geografia

ISSN 25266276

arte: Nuno Lei

espaço. Isso não significa apenas entender a Geografia como uma ciência de descrição, mas como uma ferramenta de análise crítica e ação. Como argumenta Afonso (2015), a Geografia deve ser vista como uma disciplina que ajuda o aluno a entender os processos naturais e sociais que constituem a paisagem e, a partir disso, atuar de maneira consciente para promover mudanças.

Nesse sentido, o papel do professor de Geografia não é apenas transmitir conhecimentos técnicos, mas engajar os alunos em um processo de reflexão crítica sobre o mundo em que vivem. O ensino da Geografia Física deve estar profundamente conectado às questões sociais, culturais e ambientais que afetam os alunos, permitindo-lhes perceber o mundo de maneira mais holística e crítica. Conforme Galdino (2014) observa, ao usar a Geografia como uma ferramenta de compreensão e transformação da realidade, o professor capacita os alunos a se posicionarem de forma crítica e ativa em relação ao espaço geográfico em que estão inseridos.

Dessa maneira, em diálogo, Cardoso e Silva (2018) destacam a importância de um repensar constante dos conteúdos geográficos, a fim de integrar o conhecimento adquirido fora da escola, buscando uma visão mais dinâmica e inclusiva do espaço. Nesse sentido, a formação de um olhar geográfico crítico e a promoção de práticas pedagógicas que conectem teoria e realidade são essenciais para a construção de uma Geografia mais significativa e relevante para os alunos.

Espaço Vivido e o Ensino da Geografia Física

A Geografia, enquanto ciência que estuda as relações entre sociedade e natureza no espaço, não deve ser encarada como um conhecimento restrito ao espaço escolar. Sua função educativa vai além do conteúdo formal, desempenhando um papel formativo que se estende para fora da sala de aula. Nesse sentido, Pereira e Rezende (2024) defendem que a educação geográfica deve ultrapassar os limites institucionais da escola, pois os conteúdos ensinados possuem impactos diretos na vivência cotidiana dos estudantes. Para os autores, o lugar onde os alunos vivem constitui o ponto de partida para a construção de um conhecimento mais abrangente sobre o mundo, promovendo o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre o espaço em que estão inseridos.

Essa perspectiva, ao ser aprofundada por Pordeus (2023), coloca em destaque que o ensino da Geografia, especialmente em uma abordagem multiescalar, contribui significativamente para a formação de cidadãos reflexivos. Segundo o autor, ao compreenderem questões geográficas ligadas ao seu cotidiano, os alunos desenvolvem a capacidade de identificar problemas concretos do espaço vivido e propor soluções. Dessa forma, a Geografia deixa de ser um saber abstrato e passa a atuar como instrumento de leitura e intervenção no mundo.

Além disso, Pordeus (2023) também enfatiza que a conexão entre teoria e realidade contribui para que os alunos se reconheçam como sujeitos ativos na produção do espaço. Desse modo, ao integrar os conceitos geográficos às vivências locais dos estudantes, cria-se um ambiente pedagógico mais significativo, no qual a compreensão dos processos naturais e sociais ocorre de forma contextualizada. Sendo assim, esse movimento fortalece a autonomia dos discentes e amplia sua percepção sobre as interações que moldam o território.

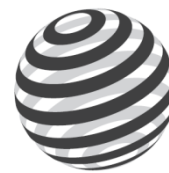
Essa ideia de significância na aprendizagem também é reforçada por Kaercher (1997), ao afirmar que o ensino da Geografia deve partir do cotidiano dos estudantes. O autor sugere que, ao relacionar o conteúdo escolar às suas experiências diárias, o aluno constrói mentalmente um “mapa” do seu percurso, compreendendo a Geografia como um saber presente em sua rotina. Esse processo permite que o estudante reconheça a



arte: Julia Trindade

Revista Eletrônica

Educação Geográfica em Foco



NECPEG

Núcleo de Estudos em Cidadania
e Política no Ensino da Geografia

ISSN 25266276

arte: Nuno Lei

disciplina como ferramenta útil para interpretar e agir no espaço que ocupa e, para além disso, entenda que o saber geográfico está além das ações em sala de aula, mas encontra-se presente em seu cotidiano e nos caminhos percorridos no dia a dia.

No mesmo sentido, Afonso (2015) argumenta que aproximar as dinâmicas físico-naturais da realidade dos alunos é essencial para o desenvolvimento de habilidades de análise e interpretação das paisagens e dos processos que as constituem. Dessa maneira, ao trabalhar com situações concretas, o ensino da Geografia Física deixa de ser meramente técnico e passa a contribuir para uma formação crítica, promovendo uma leitura mais sensível e profunda do meio ambiente.

Complementando essa análise, Afonso (2017) destaca que a Geografia Física precisa estar enraizada na realidade social dos estudantes. O autor propõe que a articulação entre os elementos naturais e o corpo social favorece a compreensão da complexidade do espaço geográfico, o que possibilita ao aluno refletir de forma crítica sobre as relações entre natureza e sociedade. Assim, a disciplina deixa de ser vista como isolada e passa a integrar uma compreensão mais ampla da vida em sociedade.

Esse entendimento dialoga com a proposta de Oliveira (2006), que defende a necessidade de vincular o ensino de Geografia às experiências concretas dos discentes. Para o autor, é fundamental que haja coerência entre o que é ensinado na escola e o que é vivenciado no cotidiano. Essa aproximação permite que os alunos compreendam o espaço em suas múltiplas escalas, favorecendo a construção de um saber significativo e articulado com a realidade.

Nessa direção, Macedo (2016) destaca que integrar o ensino da Geografia ao ambiente vivido pelos alunos é uma estratégia eficaz para o desenvolvimento de uma percepção crítica das relações espaciais. Tal abordagem permite que os estudantes compreendam os vínculos entre o indivíduo e o espaço geográfico, promovendo uma leitura mais engajada do território. Além disso, o autor ressalta que essa proposta se aplica não apenas à Geografia Humana, mas também à Geografia Física, a qual deve dialogar com os contextos culturais e naturais vivenciados pelos alunos.

Em continuidade, Daniel (2025) argumenta que a Geografia Física, ao ser trabalhada a partir da realidade dos estudantes, não deve se restringir à transmissão de conceitos. Pelo contrário, ela deve favorecer o engajamento crítico com o espaço vivido, capacitando os alunos a compreenderem as dinâmicas naturais em sua complexidade e a se reconhecerem como sujeitos capazes de intervir positivamente em seu meio. Nessa perspectiva, essa abordagem amplia o papel formativo da disciplina e a posiciona como instrumento de formação e construção de cidadão crítico e atuante.

Para que essa proposta se concretize, o papel do professor é determinante. Desse modo, Galdino (2014) defende que o docente de Geografia deve ultrapassar a abordagem tradicional baseada exclusivamente em livros didáticos, adotando metodologias que valorizem a realidade dos alunos. Assim, ao utilizar os conteúdos geográficos para interpretar o ambiente vivido, o professor contribui para o desenvolvimento de uma visão crítica, que permita ao estudante compreender e transformar as relações sociais e naturais que o cercam.

Reforçando essa perspectiva, Ponturschka *et al.* (2009) ressalta que o professor deve utilizar o conhecimento geográfico como ferramenta de leitura do mundo. A partir da análise da autora, compreende-se que ao oferecer instrumentos analíticos que articulem teoria e prática, o docente ajuda os alunos a construir uma compreensão estruturada e crítica da realidade, favorecendo uma formação escolar que vá além da memorização e que estimule a reflexão e a ação consciente no espaço.

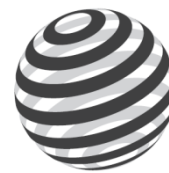
Sob essa perspectiva, entende-se que a Geografia Física se desvincule dos procedimentos metodológicos votados para um ensino descritivo e matematizado. Para



arte: Julia Trindade

Revista Eletrônica

Educação Geográfica em Foco



NECPEG

Núcleo de Estudos em Cidadania
e Política no Ensino da Geografia

ISSN 25266276

arte: Nuno Lei

além disso, seja fundamentada pela compreensão de educação geográfica, a qual, segundo Rego e Costella (2019), propõe um processo de ensino-aprendizado amplificado, comprometido com a construção de sentidos, a problematização do espaço frequentado pelo aluno e o desenvolvimento do pensamento crítico.

A construção de uma Geografia Física Crítica (GFC) demanda, antes de tudo, a coragem de romper com práticas arraigadas, tanto na academia quanto nas escolas. Isso exige que professores e futuros docentes se posicionem diante de uma ciência que, embora técnica, também é profundamente humana. Assim, ao longo deste estudo, reafirma-se que o saber geográfico, quando enraizado na realidade dos sujeitos, tem potencial não apenas para informar, mas para transformar. Nesse processo, o espaço vivido não é apenas ponto de partida, mas também de chegada, pois é nele que o conhecimento se concretiza em ação.

Considerações Finais

Portanto, ao longo deste trabalho, evidenciou-se a importância de ratificar uma abordagem crítica e integrada da Geografia Física no ensino básico, superando os modelos descritivos e fragmentados que historicamente afastaram a disciplina das vivências e das realidades dos estudantes. A análise demonstrou que a permanência de uma Geografia centrada em classificações e conceitos descontextualizados contribui para a percepção da área como desinteressante e irrelevante, comprometendo sua função formativa e crítica.

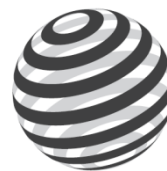
Assim, esta reflexão destacou o papel da Geografia Física Crítica como caminho possível para integrar os aspectos naturais e sociais do espaço, rompendo com a cisão epistemológica que marcou a trajetória da ciência geográfica. Essa abordagem propõe não apenas compreender os fenômenos naturais, mas também analisá-los a partir de suas interações com as dinâmicas sociais, políticas e culturais, reconhecendo a coprodução do território entre natureza e sociedade.

Nesse sentido, a valorização do espaço vivido como ponto de partida para o saber geográfico revela-se fundamental para que os alunos se reconheçam como sujeitos ativos na produção do espaço. Ao articular teoria e realidade, a Geografia Física adquire uma dimensão formativa mais ampla, capaz de promover a autonomia intelectual, a reflexão crítica e o engajamento social.

Dessa forma, o ensino de Geografia Física deixa de ser um exercício de memorização e passa a ser um instrumento de leitura e transformação do mundo, o que exige do professor uma atuação comprometida com metodologias contextualizadas, dialógicas e sensíveis às realidades concretas dos estudantes. Assim, ao promover uma formação crítica e cidadã, a Geografia se fortalece enquanto ciência viva e necessária, voltada à construção de uma sociedade mais justa e consciente das relações que moldam o espaço em que vivemos.

Sob essa análise, esse trabalho não tem a pretensão de propor uma nova ciência geográfica ou metodologias didáticas inovadoras. Nesse contexto, o que se busca é colaborar para o fortalecimento de uma Geografia Física Crítica (GFC), que compreenda a totalidade do espaço e reconheça a importância de se discutir também as dimensões físico-naturais como parte da realidade socialmente construída.

Como caminhos possíveis para pesquisas futuras, destaca-se a importância de investigações empíricas que explorem experiências escolares concretas, analisando de que forma os conteúdos da Geografia Física podem ser trabalhados a partir da realidade dos alunos. Além disso, também se sugere o estudo de propostas curriculares e práticas pedagógicas que busquem integrar o saber científico à vivência territorial, contribuindo para um ensino mais humanizado, significativo e comprometido com a formação cidadã.



Referências Bibliográficas

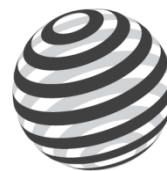
- AFONSO, A. E. Contribuições da Geografia Física para o ensino e aprendizagem geográfica na educação básica. **Revista Eletrônica Educação Geográfica em Foco**. Ano 1, Nº1, jan/jul 2017. Disponível em: <https://periodicos.puc-rio.br/revistaeducacaogeograficaemfoco/article/view/812/511> Acesso em: 12/07/2025.
- AFONSO, A. E; ARMOND, N. B. Reflexões Sobre o Ensino de Geografia Física no Ensino Fundamental e Médio. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRÁTICA DE ENSINO DE GEOGRAFIA – ENPEG. 10. 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <http://www.cedipe.uerj.br/pdf/reflexoesanice.pdf>.
- AFONSO, A. E. **Perspectivas e possibilidades do ensino e da aprendizagem em Geografia Física na formação de professores**. Rio de Janeiro. 237 f. Tese de Doutorado (Geografia) – PPGG – UFRJ. 2015. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/826981.pdf> Acesso em: 12/07/2025.
- ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. Diretoria Executiva Nacional. **Manifesto da crítica da Geografia Física à uma Geografia Física Crítica**. Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, 2024, São Paulo. Disponível em: <https://agb.org.br/manifestoda-critica-da-geografia-fisica-a-uma-geografia-fisica-critica/>
- CARDOSO, C.; SILVA, M. S. Geografia Física: formação docente e a práxis na sala de aula. In: CARDOSO, C.; SILVA, M. S. (orgs.). **A Geografia Física: teoria e prática no ensino de Geografia**. 1ª edição. Curitiba: Appris Editora, 2018.
- DANIEL, L. S. O ensino da geografia física a partir da realidade vivida pelo estudante. In: PACHECO, J. T. R.; PACHECO, M. Z. (org.). **A geografia: compreendendo as interações naturais e sociais na transformação do espaço terrestre**. 1º ed. Ponta Grossa: Atena Editora, 2025.
- GALDINO, F. B. Reflexões sobre as dificuldades no ensino de geografia na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Maria José de Miranda Burity no município de Serra da Raiz – PB. In: Congresso Brasileiro de Geógrafos, 7, 2014. **Anais...** Vitória: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2014. Disponível em: http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404337221_ARQUIVO_artigo.pdf
- KAERCHER, N. A. **Desafios e utopias no ensino de geografia**. Santa Cruz do Sul (RS), EDUNISC, 1997.
- LACOSTE, Y. **A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer guerra**. Campinas: Papius, 2019.
- LAVE, R.; WILSON, M. W.; BARRON, E. S. Intervenção: Geografia Física Crítica. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, Brasil, v. 9, n. 1, p. 77–94, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/25397>. Acesso em: 12/07/2025.
- MACÊDO, H. C. Refletindo sobre o espaço vivido: o lugar na construção dos conhecimentos geográficos. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 5, n. 10, p. 152-165, jul./dez., 2016. Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/256>. Acesso em: 12 jul. 2025.
- MENDONÇA, F. Geografia Socioambiental. *Terra Livre*, 16(1): 113 – 132, 2001. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/352>. Acesso em: 12 jul. 2025.
- MONTEIRO, C. A. F. Análise ritmica em climatologia: problemas da atualidade climática em São Paulo e achegas para um programa de trabalho. **Climatologia**, n. 1, p. 1-21, 1971. Disponível em:



arte: Julia Trindade

Revista Eletrônica

Educação Geográfica em Foco



NECPEG

Núcleo de Estudos em Cidadania
e Política no Ensino da Geografia

ISSN 25266276

arte: Nuno Lei

- https://biblio.fflch.usp.br/Monteiro_CAF_17_1349819_AnaliseRitmicaEmClimatologia.pdf. Acesso em: 12 jul. 2025.
- MOREIRA, R. **O que é Geografia**. 2ª ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Brasiliense, 2010.
- NETO, João Lima Sant'Anna. Por uma Geografia do Clima- antecedentes históricos, paradigmas contemporâneos e uma nova razão para um novo conhecimento. **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 17, p. 49–62, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/339>. Acesso em: 12 jul. 2025.
- NUNES, J. O. R.; SANT'ANNA NETO, J. L.; TOMASELLI, J. T. G., AMORIM, M. C. D. C. T.; PERUSI, M. C. A influência dos métodos científicos na Geografia Física. **Terra Livre**, v. 2, n. 27, p. 119-130, 2006. Disponível em: <https://web.ua.es/va/giecryal/documentos/documentos839/docs/texto-terra-livre-final.pdf> Acesso em: 12/07/2025.
- OLIVEIRA, M.M. A Geografia escolar: Reflexões sobre o processo didático-pedagógico do ensino. **Revista discente expressões geográficas**. Florianópolis-SC, nº 2 Junho/Julho, 2006. p.10-24.
- PEREIRA, C. S; REZENDE, L. E. F. A contação de história como estratégia para promover o ensino de temáticas físico-naturais nas aulas de Geografia. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], v. 2, n. 46, p. 87–102, 2024. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/10500>. Acesso em: 12 jul. 2025.
- PONTURSCHKA, N. N. PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender geografia**. São Paulo: Corez, 2009.
- PORDEUS, V. G. **A geografia e o ensino dos componentes físico-naturais do espaço geográfico**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal de Campina Grande – Cajazeiras, Paraíba, 2023.
- REGO, N.; COSTELLA, R. Z. Educação geográfica e ensino de geografia, distinções e relações em busca de estranhamentos. **Revista Signos Geográficos**, [S. l.], v. 1, p. 15, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/signos/article/view/59454>. Acesso em: 12/07/2025.
- RESENDE, Márcia Spyer. **A geografia do aluno trabalhador – caminhos para uma prática de ensino**. Edições Loyola: SP, 1986.
- SUERTEGARAY, D. Geografia Física (?), geografia ambiental (?) ou geografia e ambiente (?). In: Mendonça, F.; Kozel, S. (orgs). **Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea**. 1a edição. Curitiba: Editora da UFPR, 2002.
- SUERTEGARAY, D. M. A.; NUNES, J. O. R. A natureza da Geografia Física na Geografia. **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 17, p. 11–24, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/337>. Acesso em: 12 jul. 2025.
- VITTE, A. C. Breves considerações sobre a história da Geomorfologia Geográfica no Brasil. **GeoUERJ**, 12(1): 1 - 19, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/download/1445/1221> Acesso em: 12/07/2025